



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Solicita informações ao Ministro da Educação, Sr. Abraham Weitraub, a respeito do descontingenciamento do orçamento do Ministério.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno sejam solicitadas informações ao Ministro da Educação, Sr. Abraham Weitraub, a respeito do descontingenciamento do orçamento do Ministério.

Na oportunidade, solicito que o Ministro responda especificamente às seguintes questões:

1. Até o presente momento, qual o valor total de recursos que ainda estão contingenciados?
2. Quais programas e ações orçamentárias estão com recursos contingenciados? Especifique o valor por ação.
3. Existe previsão para o descontingenciamento do orçamento do ministério? Quando e quanto será descontingenciado?

JUSTIFICAÇÃO

O financiamento da educação passa por uma drástica redução aolongo dos últimos anos. De 2016 a 2018, o orçamento do Ministério da Educação



perdeu R\$ 11 bilhões, só em 2017 e 2018, com a vigência do “teto de gastos” a redução foi da ordem de R\$ 9 bilhões.

Ao longo do ano de 2019 o governo chegou a bloquear recursos que totalizaram R\$ 6,1 bilhões dos R\$ 25 bilhões previstos como orçamento discricionário da educação.

Recentemente, o ministro da educação, sr. Abraham Weintraub, divulgou a informação de que o governo havia descontingenciado todo o orçamento da pasta. No entanto, o site UOL, com base em informações colhidas por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), apurou que para a recomposição de R\$ 1,1 bilhão das universidades federais, o MEC retirou recursos de outras áreas.

O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), por exemplo, teve bloqueado R\$ 480 milhões do orçamento do Fies e R\$ 230 milhões do ensino médio em tempo integral. A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) viu congelados R\$ 120 milhões.

Está claro que há uma incompatibilidade entre as informações divulgadas pelo ministro e os dados fornecidos por meio da LAI. Trata-se de uma questão grave, que precisa ser apurada. Não é admissível que agentes públicos da alta administração federal divulguem informações falsas para a população.

Nesse sentido, solicitamos que o ministério esclareça essa situação e apresente informações detalhadas sobre as reais condições de financiamento da educação no Brasil.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 2019.

Deputado Danilo Cabral
PSB/PE